

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Assunto: Acessibilidades – Marítimas e Aéreas

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

Durante a última década de governação socialista, as políticas regionais tiveram como grandes linhas de orientação a promoção da competitividade e a diversificação da actividade produtiva a par da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos açorianos. Para a concretização desta grande orientação estratégica, foram necessários meios de transporte que respondessem com rapidez e eficácia. Assim sendo, à natureza arquipelágica da Região tiveram que corresponder políticas que claramente entendessem o papel fundamental que os transportes e a logística, a eles associada, assumem no desenvolvimento económico e na coesão regional.

Mas será que às necessidades dos açorianos e do desenvolvimento económico dos Açores tem correspondido políticas de transportes adequadas? Vejamos então a resposta.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

No transporte aéreo a falência de várias companhias, processo acelerado, e não, como muitos pensam, provocado pelo 11 de Setembro, prova o quão continua longe o processo de reestruturação da aviação comercial mundial. As dificuldades das

grandes companhias de bandeira demonstram que, nos dias de hoje, não bastam o orgulho de uma nação e os apoios do orçamento de Estado para sobreviver num sector tão competitivo. Convém não esquecer que as companhias de transportes são activos fundamentais de um país ou região e, num conceito mais vasto, são até activos fundamentais da soberania e da defesa nacionais.

A situação só não tem atingido contornos de profundo dramatismo porque, à "boleia" dos prejuízos decorrentes do 11 de Setembro, muitos e substanciais apoios financeiros têm sido entregues por vários Estados às suas companhias de bandeira e, a própria Comissão Europeia flexibilizou generosamente algumas regras para o saneamento financeiro de algumas das suas companhias das quais cito como exemplo, aliás muito conhecido, a Alitalia.

Neste sector apenas o negócio das companhias "low cost" continua com algum desenvolvimento, cumprindo a nova máxima de que, no mercado actual, só sobreviverão as companhias que tiverem igual facilidade de nele entrarem e saírem.

É, portanto, neste mercado global, absolutamente imprevisível, que todos nos encontramos e não há dúvida que a previsibilidade do planeamento no sector continua a ser praticamente impossível ou, no mínimo, pouco fiável. Neste contexto, viver nos Açores e falar da liberalização do mercado aéreo, da desregulamentação do tráfego e da redução de tarifas, sem explicar como concretizá-lo, é um acto eleitoralista irresponsável, porque é criar falsas expectativas e, é suscitar grandes preocupações a quem não tem capacidade para suportar concorrências desenfreadas e necessita, isso sim, de alguma concorrência - é certo - mas também e sobretudo de protecção adequada. É nestes momentos difíceis que convém lembrar a importância da logística como elemento central da rede de mobilidade global de que a economia regional necessita.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

O actual Modelo de Obrigações de Serviço Público a Aplicar aos Serviços Aéreos Regulares nas Ligações da Região Autónoma dos Açores com o Restante Território Nacional, que é prorrogável e pode e tem sido alterado, tem como grandes virtudes a obrigação da exploração conjunta de todas as rotas, garantindo que nenhuma das 5 "gateways" possa ser excluída do tráfego territorial; bem como o fim do pagamento dos défices de exploração por rota e obedece aos termos do Regulamento (CEE) N° 2408/92 do Conselho, de 23 de Julho, o qual manda que os Estados Membros adequem os serviços aéreos regulares de forma a satisfazer o interesse público particularmente nas situações em que não haja meios de transporte alternativos, como é o caso da Região Autónoma dos Açores.

O actual Modelo de Transporte Aéreo, com as alterações que têm sido introduzidas, serve os Açorianos, serve os que nos visitam, serve a nossa economia, serve os operadores turísticos e, ao impossibilitar que vença o lobby das operadoras, como o prova a ameaça de saída da TAP, só admite que os Açorianos saiam vencedores. Para o actual Modelo de Transporte Aéreo ser quase perfeito e poder ter um desenvolvimento normal e satisfatório, sobretudo nas novas "gateways", basta rever o acordo de "code-share" acrescentando-lhe algum nível de concorrência. É sempre bom lembrar que já lá vai o tempo em que as operadoras tinham nos mercados das Regiões Autónomas, sem nada fazerem para o merecer, o sempre certo e seguro "abono de família".

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

A proposta do PSD, de refundação do actual Modelo de Transporte Aéreo e de redução das tarifas em 25%, corresponde apenas à parte simpática de uma meia verdade, confirmada pelo facto de a base de cálculo para a obtenção de tal desiderato, apesar de insistentemente pedida, nunca ter visto a luz do dia. O problema do PSD é

que, à força de tanto falar de mudança, não é capaz de compreender o que está verdadeiramente a mudar.

É evidente, senhoras e senhores deputados, que todos sabemos porquê. A verdade é que só é possível tal redução, e esta é que é a questão, se encerrarmos todas as "gateways" da Região à excepção de uma e aí centralizarmos todo o tráfego territorial. A questão que deve ser colocada ao PSD, que continuará naturalmente a não responder, é a de saber como seria a distribuição interna e quem a pagaria, porque se adicionarmos ao custo do tráfego territorial, centrado numa única gateway", o custo da distribuição interna, os custos totais disparam e a redução deixa de ser possível, passando a meia verdade a um enorme embuste.

É evidente que a desregulamentação do mercado poderá ser sempre resolvida pela iniciativa privada, mas também é verdade que esta, como qualquer iniciativa privada em qualquer actividade económica, far-se-á pagar em conformidade; resolvendo o problema reagindo pelos seus próprios meios e reagindo sempre pela racionalidade económica. Porém, não terá tendência nem obrigação, em situações como a que o PSD pretende provocar na Região, para equacionar e financiar os problemas de serviço público, já existentes, e os que seriam criados por este novo paradigma.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

Para os Socialistas, todos os Açorianos contam e por isso mesmo, fruto de um bem estruturado projecto de desenvolvimento, de muita objectividade na análise e resolução dos problemas e de uma utilização criteriosa dos recursos públicos disponíveis, foi possível, com os Governos Socialistas, promover, em todas as ilhas, repito, em todas as ilhas, o investimento público estruturante e o apoio à iniciativa privada, possibilitando o aumento da oferta de emprego, num quadro de crescimento

económico e de estabilidade financeira. Não queremos que os Açores e os Açorianos regressem ao passado, esquecidos e empurrados para guetos, sem perspectivas e sem futuro. Defendemos a manutenção, para o tráfego territorial do sistema multipolar com cinco "gateways", para já, a par da manutenção de elevados padrões de solidariedade para com as populações que por razões geográficas ou de dimensão, necessitam da manutenção dessa solidariedade.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

O transporte marítimo e os portos regionais constituem um elemento estratégico essencial ao funcionamento da economia regional. Criadas as infra-estruturas básicas em praticamente todas as ilhas, tendo obrigatoriamente em conta a dispersão geográfica das mesmas bem como a pequena dimensão da generalidade dos mercados, os problemas fundamentais a resolver centram-se agora na qualidade do serviço e na eficiência operacional dos portos. Na região ultraperiférica insular dos Açores dependente, para o seu abastecimento e escoamento da sua produção em mais de 90%, da via marítima, quem isto não entender nunca saberá qual o rumo a seguir.

Aos carregadores ou recebedores importa pois apenas saber quanto custa o transporte, quanto tempo demora e qual o nível de risco a que, durante o transporte, a mercadoria fica sujeita, sendo sabido que, quanto mais manuseamentos, mais riscos e mais custos. Aos carregadores ou recebedores não interessam quais os problemas e os meios envolvidos na operação de transporte. Não é esse o seu negócio. Não podendo a qualidade ser negociável ou posta em causa, por ser considerada indispensável, a questão que agora e sempre se coloca é a da escolha da melhor solução. Estamos portanto perante um caso de optimização de custos e de recursos.

Em termos de fretes, desde 1996 que os mesmos tiveram sempre um crescimento nominal negativo, sofrendo actualizações que, para um contentor de 20' " normal box ", o mais utilizado no tráfego regional, nas ligações Continente/Açores, cresceu em média, apenas, 0,37% por ano. Nas ligações Açores/Continente o decréscimo anual foi de 2,29% e no tráfego inter-ilhas cresceu ao ritmo de 0,16% ao ano. Acresce ainda que, fruto das políticas implementadas nesta década, os fretes de saída são pouco mais de metade dos de entrada para o que muito tem contribuído o facto de os portos da Região serem os mais baratos do País.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

Sendo este o registo da situação actual, claramente satisfatório, então porque são novamente trazidas a público algumas notícias que dão conta da opinião de supostos especialistas em transporte marítimo, ou de aspirações, certamente legítimas ou melhor dizendo supostamente legítimas, abordando de novo a velha questão das portas de entrada/saída e de uma suposta placa giratória de cargas? Sendo sempre favorável à mudança, dentro de um processo continuado de evolução, permitam-me que teça alguns comentários, colocando em causa não a mudança mas esta proposta de mudança.

De facto, não são novas as posições: a fixação administrativa de portas de entrada e saída como panaceia para melhorar o sistema de abastecimento às ilhas. Esquecem, contudo, que foi a Região quem incentivou, e bem, a mudança que levou à implementação de um sistema que funciona, sem rupturas e sem qualquer necessidade de ter que eventualmente se equacionar o seu financiamento público. Não sendo novas as posições dos supostos especialistas, aparecem contudo, novamente, com algumas nuances porque, também mudou o seu interesse não numa política de transporte para servir a Região Autónoma dos Açores, mas numa política para servir o seu transporte e os seus interesses.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

Passando em retrospectiva a última década, pode-se concluir que o Governo Regional teve uma postura fortemente activa: era preciso dinamizar a concorrência para melhorar o sistema e baixar o custo no consumidor final. O resultado foi o desenvolvimento de um sistema de transporte equilibrado e sem provocar rupturas. O valor acrescentado gerado é largamente positivo e o índice de preços ao consumidor teve o seu rumo macroeconómico normal, apesar de ser forçoso reconhecer-se que os grandes recebedores de carga, nomeadamente as grandes superfícies, para além de terem gerado desajustamento no pequeno comércio, geraram também uma dependência da Região no verdadeiro circuito de abastecimento de produtos.

É por isso mais uma vez curiosa, porque contraditória, a posição assumida pelos promotores da ideia da criação das portas de entrada - de que compete à iniciativa privada resolver os problemas enquanto, em simultâneo, exigem ao Governo Regional que, pela via administrativa, resolva os seus problemas. De facto, e na prática, as duas ideias não são curiosamente complementares e demonstram um profundo egoísmo e um alheamento, intencional, total dos problemas que esta situação traria à Região Autónoma dos Açores. Como já atrás referi, também aqui, a iniciativa privada pode resolver o problema mas, reagindo pelos seus próprios meios, não terá tendência nem obrigação, em situações como a que pretendem provocar na Região, para equacionar e financiar os problemas de abastecimento público que seriam criados por este novo modelo de distribuição.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

Na Região Autónoma dos Açores não existem nem duas nem três portas de entrada/saída; mas as que se quiserem dentro das nove apenas teoricamente possíveis. De facto, a Região Autónoma dos Açores tem nove portas de entrada/saída. Os Açores não são a Região Insular das Canárias com uma população flutuante elevadíssima em quase todo o ano e geradora de Produto e Emprego. Nos Açores embora o turismo venha crescendo de forma acentuada, esta situação ainda recai apenas em quatro ou cinco meses por ano. Fora isto, a Região tem necessidade permanente de entrada e saída sem outros benefícios sinérgicos de negócio que não os seus: pouco mais do que gado, produtos lácteos e alguma carne congelada e frigorificada.

Convém, para uma análise séria e responsável a esta temática, ter sempre presente que, se é verdade o que em logística se afirma, "há mais vida para lá dos transportes", não é menos verdade que, sem a garantia da eficácia e da gestão adequada e eficiente dos recursos envolvidos, assegurando que essa eficácia seja realizada ao menor custo total possível, então também não será possível induzir vantagens competitivas nas respectivas cadeias de valor. Assim sendo, para assegurar essas vantagens, importa manter o sistema de abastecimento multipolar directo, sem desvios que impliquem acréscimos de custos de distribuição: custo directo inerente com as cargas a serem afectadas não só pelas taxas e custos dos serviços prestados nos portos de origem e destino, mas também nos portos de baldeação, e tempo propriamente dito uma vez que o circuito, tal como exige o mercado, é o directo. Acresce ainda que, curiosamente ou talvez não, os proponentes, naturalmente por distração, tal como o PSD para o transporte aéreo, nunca esclareceram se os acréscimos de taxas e de custos de serviços, no porto de baldeação, e de transporte, a partir deste, seriam pagos pelos utentes ou pelo erário público.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo

Como já aqui afirmei, a batalha pela busca da construção de um modelo optimizado que possibilite a obtenção de uma melhoria significativa da eficiência global dos sistemas de transporte, criando uma relação duradoura e ganhadora entre um crescimento económico continuado e um melhor ambiente, só foi possível graças à correcta definição de políticas de desenvolvimento; a par da compreensão e da confiança que os açorianos e o sector empresarial privado têm colocado e continuarão a colocar nessas políticas e na governação socialista. Repito mais uma vez, para que não restem dúvidas, para nós - os Açorianos são todos iguais e merecem todos as mesmas oportunidades.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 12 de Março de 2008

O Deputado Regional do PS: Lizuarte Machado